

INSTRUÇÕES ADMINISTRATIVAS:

OFÍCIO CIRCULADO N.º 90023, DE 1 DE AGOSTO DE 2016, DA ÁREA DE COBRANÇA

O Ofício Circulado n.º 90023, de 1 de agosto de 2016, da Área de Cobrança, introduziu nova redação ao n.º 10, do artigo 16.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) com a seguinte menção: "o sujeito passivo deve solicitar a inscrição como residente não habitual, por via eletrónica, no Portal das finanças, posteriormente ao ato da inscrição como residente em território português e até 31 de março, inclusive, do ano seguinte àquele em que se torne residente nesse território", através da funcionalidade denominada "Inscrição como Residente Não Habitual" [↗](#).

OFÍCIO CIRCULADO N.º 30182, DE 10 DE AGOSTO DE 2016, DA ÁREA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

O Ofício Circulado n.º 30182, de 10 de agosto de 2016, divulgou as instruções administrativas em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) relativamente às alterações produzidas pelo Decreto-Lei n.º 41/2016, de 1 de agosto [↗](#).

LEGISLAÇÃO:

DECRETO-LEI N.º 41/2016, DE 1 DE AGOSTO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

O Decreto-Lei n.º 41/2016, de 1 de agosto, procedeu a maioria das alterações autorizadas pela Lei do Orçamento no que se refere ao IRS, ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), ao IVA, ao imposto do selo, ao imposto municipal sobre os imóveis e, finalmente, ao imposto único de circulação [↗](#).

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 182/2016, DE 5 DE AGOSTO

A Resolução da Assembleia da República n.º 182/2016, de 5 de agosto, aprovou a convenção entre a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe para evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em São Tomé em 13 de julho de 2015 [↗](#).

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 183/2016, DE 5 DE AGOSTO

A Resolução da Assembleia da República n.º 183/2016, de 5 de agosto, aprovou o acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América para Reforçar o Cumprimento Fiscal e Implementar o Foreign Accoun tax Compliance Act (FATCA), assinado em Lisboa em 6 de agosto de 2015 [↗](#).

PORTARIA N.º 218/2016, DE 9 DE AGOSTO

A Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto, do Ministério das Finanças, aprovou o regime simplificado do Sistema Normalização Contabilística para as Administrações Públicas [↗](#).

LEI N.º 23/2016, DE 19 DE AGOSTO

A Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto, procedeu à primeira alteração ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto [↗](#).

LEI N.º 24/2016, DE 22 DE AGOSTO

A Lei n.º 24/2016, de 22 de agosto, aprovou o regime de reembolso de impostos sobre os combustíveis para as empresas de transportes de mercadorias, alterando o Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo, através do aditamento do artigo 93º-A.

Mais alterou o Regime Geral das Infrações Tributárias, criando um novo tipo de contraordenação tributária de "Irregularidades no reembolso de imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos" [↗](#).

DECRETO-LEI N.º 47/2016, DE 22 DE AGOSTO

O Decreto-Lei n.º 47/2016, de 22 de agosto, alterou o artigo 50º-A do Código do IRC, referente ao regime aplicável aos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial [↗](#).

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 192/2016, DE 22 DE AGOSTO

A Resolução da Assembleia da República n.º 192/2016, de 22 de agosto, aprovou a convenção entre a República Portuguesa e a República da Costa do Marfim para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, que foi ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 61/2016, de 22 de agosto [↗](#).